

Crise estrutural do capital e a impossibilidade do retorno às saídas keynesianas

Structural capital crisis and the impossibility of returning to keynesian exits

Elane da Silva Lima¹

Pedro Henrique Soares da Silva²

Pedro Vitor Vieira Melo³

Dâmaris da Silva Leão⁴

Iael de Souza⁵

Resumo: O presente artigo trata das crises inerentes (genéticas) ao sistema capital e de sua crise estrutural. Evidencia que as soluções e propostas keynesianas se tornaram inviáveis no atual estágio de acumulação deste sociometabolismo. Demais medidas reformistas que não atinjam o cerne vital da lógica de produção/reprodução desse sistema também não farão mais do que apenas aliviar e amenizar suas consequências perversas, destrutivas e a barbárie social imanente ao seu estágio atual. A superação e transcendência positiva do sociometabolismo do capital só se dará através de uma transformação radical na forma de organização/produção/reprodução das sociabilidades humanas, culminando com uma nova forma histórica-social onde seja concretamente posta a possibilidade da autodeterminação humana e um novo modo de relação com a Natureza e demais formas de vida no planeta.

Palavras-chave: Crise estrutural. Capital. Keynesianismo. Decrescimento. Bem viver.

Abstract: This article deals with the inherent (genetic) crises in the capital system and its structural crisis. It shows that Keynesian solutions and proposals have become unfeasible in the current stage of accumulation of this sociometabolism. Other reformist measures that do not reach the vital core of the logic of production / reproduction of this system will also do nothing more than just alleviate and mitigate its perverse, destructive consequences and the social barbarity immanent to its current stage. The overcoming and positive transcendence of the sociometabolism of capital will only occur through a radical transformation in the form of organization / production / reproduction of human sociability, culminating in a new historical-social form where the possibility of human self-determination and a new way is of relationship with Nature and other forms of life on the planet.

Keywords: Structural crisis. Capital. Keynesianism. Degrowth. Good living.

¹ Graduanda do Curso de Ciências Sociais da UFPI – Teresina. E-mail: limaelane.e@gmail.com

² Graduando do Curso de Ciências Sociais da UFPI – Teresina. E-mail: Pedroenrike.pes.15.pe@gmail.com

³ Graduando do Curso de Ciências Sociais da UFPI – Teresina. E-mail: pedrovitorvieiram@gmail.com

⁴ Graduanda do Curso de Ciências Econômicas da UFPI – Teresina. E-mail: damaris_leao@hotmail.com

⁵ Professora efetiva da UFPI/Teresina, lotada no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC/Teresina) e colaboradora do curso de Ciências Econômicas da UFPI/Teresina. Doutora em Educação pela UNICAMP/SP; Mestre em Ciências Sociais pela UNESP/Marília. Pesquisadora do NESPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Emancipação Humana), da UFPI/Teresina. E-mail: iaeldeo@gmail.com

Introdução

Toda vez que uma crise afeta o sistema capital e as sociabilidades capitalistas, dependendo da amplitude de seus estragos e efeitos colaterais, ainda que conjunturais e dentro dos limites imediatos possíveis de administrar, não raro há um flerte por alguns setores da burguesia com as políticas keynesianas. Entrementes, cada vez mais tais medidas encontram empecilhos da ordem do capital global incontornável, irreformável e incorrigível, frustrando e limitando as tentativas de regulação, ainda que paradoxalmente necessárias para o funcionamento desigual e combinado do capital.

As crises periódicas e cíclicas do capital são permanentes e mesmo imanentes à sua própria lógica de produção/reprodução. O problema é quando a crise orgânica adquire a dimensão global pela mundialização do capital, e os limites últimos de sua expansão, historicamente determinados, se colocam de maneira sempre mais incontornável pela acumulação dos deslocamentos realizados em relação às crises anteriores, tornando as presentes mais e mais complexas devido suas múltiplas dimensões, que articulam e conectam todos os países do globo. É então que a crise estrutural do capital se manifesta em toda sua extensão e intensidade.

A primeira sessão deste artigo procura evidenciar o que é o capital, as razões de suas crises, e também o porquê de o próprio capital ser impensável sem elas. Procura demonstrar uma das grandes contradições do capital e as consequências dos constantes deslocamentos de suas crises como forma de contorná-las e o que isso acarreta ao processo de expansão e acumulação do valor. Keynes e as políticas keynesianistas aparecem na década de 1930 como tentativa de manejar e administrar essas crises conjunturais, transformando-se em modelo de desenvolvimento (fordismo-keynesianismo) a partir da segunda metade da década de 1930 até o final da década de 1960, até à reestruturação produtiva capitalista da década de 1970.

A segunda sessão expõe as transformações nas relações entre países centrais e periféricos no estágio do capital global, estando cada vez mais imbricadas, conectadas, articuladas e dependentes, de modo que os acontecimentos, as flutuações e agitações econômicas, políticas, sociais, ambientais de um determinado país acabam atingindo e repercutindo, mais ou menos intensamente, em todos os demais. Além disso, o próprio capital, ao fundir o capital produtivo, comercial, industrial, bancário, criando os grandes conglomerados capitalistas que passam a influir na política e economia mundial, redefinindo o papel e atuação dos Estados Nacionais e alterando as formas de investimentos, resultando na financeirização da economia mundial, faz com que a crise alce uma nova escala, passando a ser estrutural e rastejante. Daí em diante, as saídas keynesianas, ainda que reapareçam

aqui e ali, vão se mostrando cada vez mais inviáveis e impraticáveis pelo novo estágio de acumulação perpetrado pelo capital.

Fechando a explanação, são tecidas algumas considerações acerca de qual seria a verdadeira e eficaz solução para a crise estrutural do capital, pois não se trata de amenizá-la, aliviá-la, postergá-la, estendê-la, mas sim superá-la e erradicá-la. Para tanto, é historicamente necessário ir além, muito além, das propostas keynesianas e reformistas (a “Economia de Francisco”, do Papa Francisco, brevemente comentada) de toda ordem. É urgente e precisa de uma proposta de transformação social radical que supere e transcenda positivamente o capital e a sociabilidade capitalista, criando e construindo uma nova forma histórica-social. Como mudanças radicais não são feitas num “passe de mágica”, mas dependem da criação de condições objetivas (construção de alternativas, de experiências concretas que se orientem para além do capital e do capitalismo, de caráter emancipador) e subjetivas (novos valores, nova visão de mundo, outra consciência e mentalidade), o decrescimento e a ideia de Bem Viver, em sua concepção substancial de ruptura com o existente (obsoleto) e criação/construção do novo, são pensados como possibilidade de transição socialista para a autodeterminação humana e salvaguarda de todas as formas de vida do planeta.

1. Crises do capital e keynesianismo

O capital não é um espírito absoluto que paira sobre nós. Capital é uma relação social. Isto significa que, enquanto relação social, especifica um determinado modo de interação entre os indivíduos, deles com as coisas, com a Natureza, resultando numa forma de organização socioeconômica historicamente determinada.

Sendo assim, por capital entende-se a relação estabelecida entre os proprietários dos meios de produção e os não-proprietários desses meios, que são os trabalhadores assalariados. Estes, despojados dos meios e dos instrumentos de produção acabam tendo como única propriedade a força de trabalho física e mental, sendo obrigados a vendê-la em troca de salário para o comprador, o capitalista, a fim de poder garantir a manutenção e reprodução da própria força de trabalho.

Durante a jornada de trabalho, o trabalhador produz um valor maior do que o seu próprio valor (mais-valia) ao fazer funcionar o capital constante (máquinas, equipamentos, etc.), produzindo os produtos que se transformam em mercadorias (valor de uso e valor de troca), que ao serem trocados, consumidos, realizam o valor neles embutidos.

Em todo esse processo, há vários momentos de apropriação de mais-valor: durante a jornada de trabalho, pelo tempo de trabalho pago e tempo a mais trabalhado pelo trabalhador e mercadorias geradas; na distribuição, o mais valor dos intermediários; na circulação e consumo, a realização do valor inicial acrescentado de todos os demais valores adicionados no processo, sendo o lucro distribuído entre os capitalistas que encabeçam cada um dos setores econômicos.

Por isso que o capital, o mais-valor, a mais-valia é fruto de uma relação social de exploração, espoliação, expropriação dos trabalhadores do produto de seu trabalho. Essa é a grande contradição dessa forma de relação social, isto porque a produção se torna – com o desenvolvimento das forças produtivas e interdependência crescente entre os indivíduos pela divisão social do trabalho – cada vez mais social e sua apropriação privada, acarretando crises de superprodução e choques entre capital e trabalho, já que este último não controla/planeja a produção, o que produz e para que produz também não tem condições de usufruir do que é produzido, porque seus salários, quando muito, suprem apenas o básico da reprodução da própria força de trabalho (dispêndio fisiológico de energia).

Já o capitalismo é o processo de naturalização das relações de exploração do homem pelo homem, da concorrência, da competitividade, do egoísmo, das formas de controle e submissão dos trabalhadores pelos detentores da propriedade e do capital, os capitalistas. É, portanto, a forma de sociabilidade que emerge da relação social capital. No dizer de Frigotto (2014, p. 60 e 61):

Capital é uma relação social de força cujo fundamento é a acumulação de mais propriedade privada para gerar mais lucro e mais propriedade. Esta relação se constituiu antes do capitalismo ser a sociedade dominante por meio da acumulação primitiva. Capitalismo expressa o modo de produção ou a sociedade onde a relação social fundamental é comandada pelo capital, não mais sob a égide da acumulação primitiva, mas mediante forma específica de exploração e expropriação da classe trabalhadora.

O capital é essencialmente contraditório porque antagônica e contraditória são as relações entre proprietários e não-proprietários, trabalhadores assalariados e capitalistas, entre explorados e exploradores, dominados e dominantes. A maior de suas contradições é que a própria concorrência intercapitalista e a necessidade inerente de expansão/acumulação contínua do capital promovem o revolucionamento constante das forças produtivas, que se desenvolvem em patamares inimagináveis em relações a períodos histórico-sociais anteriores.

As forças produtivas, cada vez mais sociais e promotoras da socialização da produção, entram em contradição com as relações de propriedade, pautadas na concentração, centralização e apropriação privada, provocando as crises cíclicas e periódicas do sistema capital e do modo de produção capitalista, invariavelmente de superprodução e/ou subconsumo, impactando a dinâmica

político-econômica do sistema capital: inflação, recessão, investimentos, gastos públicos, finanças, política industrial, monetária, fiscal, *etc.* Marx e Engels (1989) são explícitos quanto a isso, dizendo tratar-se da:

revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que são a condição de existência da burguesia e de seu domínio [...] as forças produtivas disponíveis já não favorecem mais o desenvolvimento da civilização burguesa e das relações burguesas de propriedade; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações e passam a ser por elas travadas; e assim que vencem esse obstáculo, desarranjam toda a sociedade, põem em perigo a existência da propriedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conter a riqueza por elas mesmas criadas (MARX; ENGELS, 1989, p. 71-72).

Toda vez que essas crises sucedem, os capitalistas procuram maneiras de justificá-las e minimizá-las para garantir a reprodução do capital e do modo de produção capitalista, dando fôlego ao sistema e deslocando suas contradições, de modo a prorrogar, o mais indefinidamente possível, novas crises que, no entanto, reaparecem de forma agravada por não terem sido resolvidas, tão somente proteladas. A economia política clássica, com Smith, Ricardo e outros ilustres economistas, procura responder às crises capitalistas da perspectiva do capital, ou seja, perpetuando essa forma de sociabilidade e relação social e, nesse sentido, tiveram êxito.

Como assevera Fontes (2017, p. 414), “as crises são a marca genética do capitalismo”. E aqui tratam-se das crises cíclicas e periódicas inevitáveis do capital, decorrentes de momentos ou períodos de expansão, recessão ou estagnação, que em âmbito geral não alteram tanto a ordem estrutural do atual sistema, segundo Kondratieff e Gary (1946). Mészáros (2002, p. 795) esclarece que:

crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as crises [...].

As crises cíclicas e periódicas alimentam o processo expansionista do capital, pois permitem o descolamento das contradições e seu manejo pelo sistema, no seu próprio interior, através de reformas. São, portanto, crises não-estruturais, afetando “apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global” (MÉSZÁROS, 2002, p. 797). Algo completamente distinto da crise estrutural, que será tratada no próximo item.

O problema é que o capital é um sociometabolismo totalizador e controlador incontrolável. Sociometabolismo porque corresponde à totalidade do sistema social e à forma como este sistema se

reproduz. Metabólico porque faz menção à relação orgânica/inorgânica entre homem e natureza, onde o trabalho figura como elemento mediador fundante dessa relação, utilizando para isso os meios de produção. Sócio porque esse metabolismo vai para além do biológico devido ao salto que representa a criação do mundo social. Portanto, ao afirmar que o capital é um sociometabolismo significa dizer que é uma totalidade interativa, uma organicidade metabólica integrada totalizadora. Mészáros (2002), ao discorrer a respeito do caráter metabólico da estrutura do capital, faz questão de frisar que:

[...] é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma “entidade material” – também não é [...] um “mecanismo” racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro “mecanismo de mercado” (a ser alegremente abraçado pelo “socialismo de mercado”) – mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

Deve-se enfatizar um aspecto central: o capital é uma forma de controle incontrolável, daí ser totalizador/totalitário:

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

Logo, nenhum organismo, instituição ou o maior e mais poderoso dos capitalistas e suas corporações podem controlá-lo, mas tão somente procurar prorrogar e protelar suas crises e sua crise estrutural, que adquire caráter “rastejante” (MÉSZÁROS, 2002, p. 797). Afinal,

na história do sistema do capital, o próprio imperativo de intensificar cada vez mais a expansão é uma manifestação paradoxal dessa perda de controle, pois enquanto for possível sustentar este processo de expansão avassaladora poder-se-á adiar o “dia do julgamento”. No entanto, precisamente por causa deste inter-relacionamento paradoxal, o bloqueio da via da expansão livre (como resultado da consumação da ascensão histórica do capital) e a impossibilidade do deslocamento simultâneo dos antagonismos internos do sistema tendem também a reativar e a multiplicar os efeitos nocivos da expansão já realizada, que ajudou a resolver problemas. Os novos problemas e contradições, que surgem na mesma escala do porte exagerado atingido pelo sistema do capital, definem necessariamente o tamanho correspondente da expansão deslocadora, apresentando-nos assim o espectro da incontrolabilidade total, na ausência do gigantesco deslocamento expansionista necessário (MÉSZÁROS, 2002, p. 104).

A economia política clássica conseguiu dar respostas às crises do capital da perspectiva do próprio capital durante o tempo/espaço histórico-social anterior ao estágio imperialista do sistema capital. O imperialismo corresponde à fase superior do capitalismo (LÊNIN, 1987) e apresenta características distintas do período histórico-social dos economistas clássicos. Com o imperialismo, o capital vai preparando as condições para sua mundialização e o primeiro passo é a constituição dos monopólios, oligopólios e fortalecimento dos bancos e do sistema financeiro. Se as décadas de 1860-1870 são o marco do nascimento dos monopólios, fruto da livre concorrência que gera a concentração da produção, a crise de 1900-1903 é a consolidação do novo estágio de evolução do capitalismo, sua transformação em imperialismo (LÊNIN, 1987, p. 20 a 22).

A partir daí, as crises repercutem em todo o sistema capital que vai se transnacionalizando, mundializando e tornando-se cada vez mais global. Os deslocamentos das crises por intermédio da dívida pública dos Estados e seu respectivo endividamento, o fortalecimento dos bancos e do sistema financeiro pelas fusões do capital comercial, industrial e bancário (“a crise de 1900 acelerou enormemente o processo de concentração, tanto da indústria como dos bancos” – LÊNIN, 1987, p. 45), assim como a repartição dos lucros em investimentos produtivos e financeiros vai aumentando as crises periódicas do capital, como observa-se pelas crises de 1900-1903, 1907 e 1929-33.

Destarte, a consolidação do poder embrionário dos bancos delineado por Lênin (1987, p. 30, 34, 35, 39) se daria no espaço entre guerras, suspensa com a crise de 1929-33, e pós-II Guerra Mundial, donde seria retomada e concluída durante os anos dourados do crescimento e desenvolvimento capitalista. É justamente a crise de 1929-33 que nos interessa, porque dela deriva a macroeconomia de Keynes, sua matemática aplicada aos problemas práticos das conjunturas econômicas, originando uma nova forma de liberalismo (novo liberalismo), onde a intervenção do Estado na economia é não apenas aquiescida como requisitada numa tentativa de administrar o incontrolável, incorrigível e irreformável capital crítico.

Keynes teve sua formação na Escola Marginalista, cujo principal expoente foi Alfred Marshall, de quem tornou-se discípulo. Os marginalistas priorizam os indivíduos e suas peculiaridades (teoria microeconômica) para a explicação do equilíbrio perfeito da economia através da concorrência capitalista, retomando, em partes, os princípios de Smith de que ao procurar satisfazer suas necessidades egoístas e individuais os indivíduos acabam promovendo o desenvolvimento econômico-social em prol de todos. Para os marginalistas,

o impulso irresistível [...] dos indivíduos para a maximização de suas utilidades produz a feliz condição econômica do equilíbrio; da mesma forma, o próprio equilíbrio econômico é a condição necessária para que se realize a maximização das utilidades de todos os indivíduos predestinados ao objetivo da maximização egoísta da utilidade (MÉSZÁROS, 2002, p. 152).

Porém, Keynes percebe as inconsistências da teoria marginalista por priorizar as particularidades individuais e negligenciar os comportamentos sociais e as políticas de conjuntura (teoria macroeconômica), essenciais para entender as crises capitalistas (pode-se dizer que esse é o seu grande mérito). Em sua obra de 1936, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, contesta alguns dos dogmas do marginalismo. Dentre eles, se opõe à existência do princípio do equilíbrio automático na economia capitalista.

Para os marginalistas, numa economia de mercado que funciona à base do equilíbrio perfeito, todos os que desejassem trabalhar conseguiriam fazê-lo por uma remuneração correspondente à sua produtividade. Por outro lado, Keynes demonstra que, na prática, não funciona bem assim. O nível de emprego, na sociabilidade capitalista de mercado, depende da demanda efetiva, que corresponde à proporção da renda que é gasta em consumo e investimento.

O maior investidor é o Estado. Por sua intervenção é possível (re)ativar o dinamismo econômico, já que, segundo Keynes, o desemprego é resultado de uma demanda insuficiente de bens e serviços. Os investimentos por parte do Estado têm, portanto, a capacidade de assegurar o pleno emprego e influenciar a demanda.

A revisão efetuada por Keynes pautava-se na “interpretação de uma nova etapa do desenvolvimento capitalista”, no fato de que “a socialização das forças produtivas havia se desenvolvido enormemente; e, desta forma, um capitalismo sem regulações simplesmente não era mais possível” (LOMBARDI, 2014). Seus esforços tinham apenas um propósito: “superar a contradição entre os interesses dos capitalistas individuais e os da classe capitalista como um todo; salvar o sistema capitalista de suas próprias contradições”. De modo que, “abraçar a intervenção estatal não era o fim da burguesia; pelo contrário, era a única forma viável de salvar o capitalismo” (LOMBARDI, 2014).

Os capitalistas, o bloco histórico hegemônico no poder e a classe burguesa, em geral, aquiescem com as políticas keynesianas nesse determinado período histórico-social porque, num primeiro momento, respondem, de modo satisfatório, à redinamização da economia, da produção e do crescimento econômico após a crise de 1929-33 e, posteriormente à II Guerra Mundial, por tornar-se a condição para a reconstrução, reestruturação e prosperidade dos países que se envolveram, direta ou indiretamente, na guerra, tanto centrais como periféricos, pois somente o Estado poderia bancar

todo esse processo e construir a infraestrutura necessária ao desenvolvimento socioeconômico para os negócios capitalistas.

Esse período ficou conhecido como “os anos dourados” do capitalismo (1945/1975). Porém, com o fortalecimento dos capitalistas e seus negócios – subsidiados pelo Estado provedor, que investiu pesadamente em infraestrutura – e, mais ainda, com a crescente presença e importância do setor financeiro e bancário, a economia previsível da regulação transforma-se em entrave para a livre circulação dos capitais e sua rentabilidade, já que agora o capital se mundializou e necessita de total liberdade para poder fluir, além do fato de que o setor produtivo não é capaz de garantir os lucros anteriores de sua fase áurea.

A classe capitalista não está mais disposta a pagar o preço da “estabilização” econômica. Agora, precisa retomar o controle sobre os setores estratégicos concentrados nas mãos do Estado, uma vez que foram desenvolvidos graças aos investimentos “públicos” em infraestrutura. Os custos desse processo de inversão da estratégia deverão ser pagos pela classe trabalhadora. O estado assumirá, agora, outro papel. Enquanto Estado Político do capital e dos capitalistas, usará todo o seu aparato jurídico-político-administrativo para efetuar as (contra)reformas de desregulação necessárias às novas exigências de reprodução do capital, garantindo seu processo de expansão e acumulação. Trata-se da “era perversa do capital”, de 1980 até, praticamente, os nossos dias.

A regulação sob as finanças, que garantiu uma certa estabilidade e a suspensão, por longo prazo, das crises financeiras – os Estados Unidos, após 1929-33, por exemplo, não sofreu outra grave crise financeira por exatamente cinquenta anos –, só foi possível devido ao crescimento produtivo-econômico dos “anos dourados” do sistema capitalista. Além disso, com o pós-guerra, “a concentração de capital e a trustificação da economia também produziram um debate em torno da planificação social, à medida em que as empresas gigantes requerem a planificação para sobreviver e o instinto do capitalista não é mais suficiente” (LOMBARDI, 2014).

As circunstâncias se alteram na segunda metade da década de 1970 e exige reestruturações para a continuidade da expansão e acumulação do capital. O fordismo-keynesianismo, que se tornou o padrão de produção e desenvolvimento político-econômico nos anos dourados do modo de produção capitalista, apresenta seu esgotamento com as crises que eclodem no início da década de 1970. O que é preciso frisar é que nesse período glorioso do crescimento e desenvolvimento socioeconômico do sistema capital e do capitalismo, principalmente para os países centrais, as corporações transnacionais se fortaleceram, assim como a rede financeira e bancária. As fusões de capitais prosperaram. Dentre elas, a fusão entre capital industrial e bancário contribuiu para os bancos

se transformarem nos verdadeiros regentes dos investimentos e operações econômicas de rentabilidade do capital. As finanças se diversificaram através da criação de vários derivativos.

Perante tal configuração do cenário econômico, as crises da década de 1970 irão quebrar a principal estratégia do keynesianismo: a regulação da taxa de juros, mantendo-a abaixo da eficiência marginal do capital, inibindo a expectativa de lucros dos capitalistas e fazendo recuar a procura por liquidez, ou seja, o entesouramento, responsável pelo descolamento, cada vez maior, dos investimentos da produção para a esfera financeira.

Pode-se dizer que a partir da segunda metade da década de 1970 em diante a repartição entre acumulação produtiva/acumulação financeira passou a ser crescentemente subordinada pelas condições da reprodução/rentabilidade financeira e seus derivativos, justamente o que Keynes pretendeu evitar. Com o domínio efetuado pelos oligopólios bancários/financeiros e sua administração das finanças mundial, as políticas fiscal e monetária reguladas pelo Estado também caem por terra, uma vez que, a partir de então, são os bancos e os organismos multilaterais internacionais como Banco Mundial, FMI, OCDE que passam a influir, condicionando, as políticas-econômicas dos Estados Nacionais, que passam a ter, no atual estágio de desenvolvimento do sistema capital, papel cada vez mais visceral e decisivo para implementar as (contra)reformas infraconstitucionais essenciais à reprodução do seu sociometabolismo sistêmico.

O processo de precarização da condição existencial, salarial e de trabalho da classe trabalhadora – morfologicamente metaformoseada pelo aparecimento, devido tal processo, de novas camadas e segmentos, servindo para dividi-la e fragilizá-la, tornando-a cada vez mais vulnerável às ofensivas do capital para extrair cada vez mais sobretrabalho, aumentando a taxa de mais-valia pela “tendência à equalização descendente da taxa diferencial de exploração” (MÉSZÁROS, 2002, 2011) em âmbito mundial –, facilitada pelas desregulações impingidas pelo Estado do Capital, aliadas ao crescimento do desemprego pela reestruturação produtiva das décadas de 1980 e 1990, que se torna estrutural, provoca uma queda do consumo e maior impacto na produção (superprodução), contornadas pela proliferação da variação dos sistemas de crédito e consequente endividamento dos trabalhadores assalariados e suas famílias, onde os lucros capitalistas passam a ser obtidos via taxas e juros, alimentando a especulação e hegemonia do setor financeiro sobre a economia e a política-econômica.

Os quatro pilares das políticas keynesianas: política fiscal, política monetária, política industrial e regulação financeira são colocados em xeque pelas novas necessidades do capital global e seu subsequente processo de financeirização da economia. Como se não bastasse, ainda há um outro

agravante: às crises cíclicas e periódicas do capital se adiciona uma crise muito mais substancial e profunda, duradoura, perversa e trágica, que é a crise estrutural do capital, para a qual só há dois caminhos: ou a superação e transcendência positiva do capital e do capitalismo ou autodestruição da humanidade e intensificação da barbárie social.

2. Crise estrutural do capital e a impossibilidade do retorno às saídas keynesianas

A partir do momento que o capital se mundializa, internacionalizando-se pela transnacionalização da economia e dos investimentos de capitais, superando todas as fronteiras geoeconômicas pela desregulamentação em todos os âmbitos efetivada pelo Estado Político do Capital, mundializando, também, a reestruturação produtiva e exigindo que os países periféricos da América Latina, Ásia e África (o Sul Global, no entender de alguns) acompanhem as novas exigências de “modernização” e “industrialização”, novas e ainda mais complexas relações de reciprocidade, interdependência e mediações entre países centrais e periféricos são arrançadas (MÉSZÁROS, 2011, 2002), implicando uma reformulação na divisão internacional do trabalho e na concorrência e competitividade capitalista do mercado global.

Os países periféricos também estão ávidos para expandir e acumular capital e entram na disputa por mercado com os países centrais. Suas desvantagens são barganhadas mediante a necessidade inquestionável que os países centrais têm, cada vez mais, dos produtos e mercados dos periféricos, demonstrando haver significativas mudanças nessas relações. Como o capital se globalizou e está em toda parte, investe em todos os lugares, em todos os setores, ainda que o privilegiado, pelo atravancamento do setor produtivo em termos de expansão e acumulação, seja a esfera financeira/especulativa/fictícia, “momento predominante” de deslocamento das contradições do capital global, ainda assim, como todos os países lançam mão das mesmas táticas e recursos para sobreviver ao jogo da concorrência e competitividade mundial, os problemas experimentados por um país tem repercussões de variada intensidade nos demais de acordo com o lugar que ocupam na divisão internacional do trabalho e nos diferentes ramos e negócios do mercado.

Decorre daí que as crises do capital se tornam estruturais. Essa interdependência e reciprocidade, esse entrelaçamento cada vez mais visceral entre os países do globo, agudizam ainda mais as contradições da contradição viva que é o capital, um sistema de controle incontrolável, incorrigível, irreformável por sua própria natureza histórica, pautada na expansão exponencial e valorização incessante e permanente do valor. Seu modo de produção, essencialmente destrutivo, ao

ser universalizado e generalizado, coloca em xeque a continuidade de todas as formas de vida no planeta. A obsolescência planejada, o desperdício, o consumismo desenfreado, a produção destrutiva se globalizam, evidenciando os limites estruturais de reprodução do sociometabolismo do capital porque o planeta e seus recursos finitos não o suporta, a Natureza e seu ecossistema reagem e as tragédias proliferam – não são mais catástrofes, porque estas, ao contrário daquelas, não são previsíveis e evitáveis.

Por isso, a crise estrutural, diferente das crises cíclicas e periódicas, “afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2002, p. 797). Sua escala de tempo é permanente e não limitada ou cíclica. Seus limites não são meramente imediatos e deslocáveis por uma complexa maquinaria de administração da crise (acomodações reformistas que ampliam os próprios limites imediatos, e as contradições imediatas deslocadas são “diretamente utilizadas como alavancas para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital” – MÉSZÁROS, 2002, p. 798), mas sim limites últimos, cada vez menos incontornáveis, tornando mais difícil e falho o deslocamento das contradições acumuladas pelo sistema capital no seu processo de autoexpansão.

As incertezas e flutuações da economia de mercado (esmagando as expectativas e antecipações dos capitalistas, fundamentais para a continuidade da circulação do capital na perspectiva keynesiana) retraem os investimentos na esfera produtiva fazendo crescer os que são efetuados em troca de crédito. No novo estágio de acumulação do sistema capital, o sistema de crédito

se torna mais proeminente, como uma espécie de sistema nervoso central para dirigir e controlar a dinâmica global da acumulação do capital. A implicação é que o controle sobre os meios de crédito torna-se crítica para o funcionamento do capitalismo [...] Quando isso é adicionado ao papel fundamental do Estado no que diz respeito à qualidade da cunhagem e, mais importante, das moedas simbólicas, então uma maior fusão dos poderes estatais e financeiros nonexo Estado-finanças parece inevitável (HARVEY, 2011, p. 97).

Derivam daí os vários filões abertos ao mercado financeiro, como as empresas de crédito independentes, além de uma série de novos produtos financeiros complexos “derivados” dos tradicionais títulos, ações, commodities, hipotecas, câmbio, dentre outros. É o domínio do capitalismo da financeirização da riqueza capitalista sob a hegemonia do capital financeiro (CHESNAIS, 1996, 1998, 2005). Todavia, é lícito ressaltar que o valor apenas pode ser produzido na esfera produtiva, mas a valorização do valor é que se desloca, cada vez em maior proporção, para o setor financeiro. Como esclarece Coggiola (2012, p. 39):

A nova era passou a caracterizar-se pela reprodução conjunta produtivo/especulativa do capital. Cada capitalista passou a reproduzir, conjuntamente, seu capital de forma produtiva e também financeira. Não existe mais a figura do capitalista industrial puro, contra o qual estaria oposto um puro especulador. Eles se interpenetram e, no limite, são um só. O capitalista industrial (onde existisse só com seu capital aplicado à indústria) é levado a, de forma crescente, aplicar suas sobras de caixa, seu capital de giro, em atividades financeiro-fictícias (fundos de investimento, dívida pública, ações, derivativos, hedge) para aumentar a taxa de lucro global do seu negócio. Logo em seguida, não serão mais apenas as “sobras”, mas a própria decisão dessa repartição, acumulação produtiva/acumulação financeira, que será condicionada pelas condições da reprodução/rentabilidade financeira. Uma vez construída essa máquina de valorização financeira, ela tende a permanecer e se fortalecer, alterando as condições de reprodução ampliada. Ou seja, nem mesmo um novo período de acumulação produtiva “virtuosa” levaria ao desmonte dessa máquina especulativa. Pelo contrário, sua permanência é critério cada vez mais importante do cálculo da valorização global de cada capital, e fator que permite a reprodução do capital.

Logo, quando o capital financeiro torna-se o momento predominante do processo de reprodução do capital mundializado – em grande medida propiciado pelas novas tecnologias de comunicação e informação (as novas tecnologias digitais, por exemplo, “possibilitaram aumentar a produtividade, criando um mercado financeiro mundial online e permitindo um ritmo instantâneo de repartição de lucros e acumulação de capital” COGGIOLA, 2012, p. 24), possibilitando a livre circulação e fluidez dos investimentos do conjunto dos capitais privados (desregulamentação, abertura e internacionalizadas das finanças) –, a crise do capital e suas contradições, que foram deslocadas da produção para o setor financeiro na década de 1970 em diante, vão reaparecer agravadas e cobrarão com juros pelas resoluções invariavelmente postergadas, mesmo que o deslocamento, inicialmente, tenha dado algum alívio imediato à crise de acumulação sistêmica do capital.

Com a financeirização da economia e o aumento do capital portador de juros⁶ e do capital fictício⁷ (“originário da arbitragem: surge do ganho especulativo que o possuidor de títulos ou ações auferem ao vendê-los no pregão” – COGGIOLA, 2012, p. 27), o período das crises encurta e embora tendencialmente sejam de origem financeira, manifestando-se inicialmente de forma localizada até se

⁶ “[...] a apropriação de uma parcela da mais-valia, na forma de juros, é a lógica do capital monetário portador de juros, de forma que seu proprietário pode auferir lucros periodicamente pelo simples fato de conceder o uso de seu capital para outros. [...] o capital enquanto capital se torna mercadoria” (COGGIOLA, 2012, p. 27).

⁷ “O capital fictício (título de crédito) é mercadoria *sui generis*, que só volta a se transformar em dinheiro mediante a sua venda. (É uma) parcela do capital que se reproduz autonomamente, dissociada do valor efetivamente investido na produção e da extração da mais-valia, tem que ser considerado em seu caráter contraditório: fictício do ponto de vista social, e real do ponto de vista do capitalista individual que o detém. Embora não amplie o montante de mais-valia produzida a cada período, atua na repartição dessa mais-valia na esfera da circulação, ampliando a parcela desta que cabe a seu detentor (na divisão da mais-valia produzida), aumentando a concentração de capitais” (COGGIOLA, 2012, p. 29). Formas clássicas do capital fictício, analisadas por Marx em *O Capital*, são a dívida pública e as ações.

aprofundarem e tornarem mais abrangentes – como são os casos do México, em 1994, a “crise asiática” principiada em 1997, a crise russa e das moedas dos “mercados emergentes” (1998-1999), a crise da Bolsa de Valores das “novas tecnologias” (2000), o calote da economia argentina (2001-2002) –, atingem o sistema como um todo, dado que todas as transações entre os diversos capitais são interdependentes e complexamente conectadas.

Por isso, “as crises econômicas do século XXI (novas tecnologias, créditos *subprime*, produtos financeiros derivados, dívida pública) concentraram todos os aspectos que as crises precedentes conseguiram, até certo ponto, encarar separadamente” (COGGIOLA, 2012, p. 176). Geraram, assim, verdadeiras “bolhas” nos mercados de crédito que estouraram em crises estruturais profundas que abalaram a economia mundial, uma vez que “o crédito amplia as bases da acumulação capitalista, favorecendo-a, e ao mesmo tempo amplia a base da sua crise” (COGGIOLA, 2012, p. 29). Foi o que ocorreu com a crise de 2008 em relação aos derivativos dos créditos hipotecários *subprime*, afetando Estados Unidos e Europa, tendo repercussões mundiais.

Os derivativos:

são títulos derivados de ações ou obrigações, que especulam com alterações de preços no futuro. Geralmente se trata de negócios em que, num determinado prazo, outro papel ou outra mercadoria devem ser comprados ou vendidos a um determinado preço. Derivativos negociados em bolsas ou fora de bolsas também podem ser usados como garantia para outros negócios em bolsa ou para créditos. Quando esses derivativos perdem seu valor subitamente, afetam também o negócio que deveriam garantir. No caso dos derivativos dos créditos hipotecários *subprime*, os tomadores de empréstimos não tinham condições de renda para assegurar as condições dos contratos em horizontes de várias décadas, as instituições financeiras criaram então mecanismos de repasse do risco de não pagamento das hipotecas. São os mercados derivativos de risco de inadimplência, onde os “agentes econômicos” apostam nas hipóteses dos contratos serem ou não honrados (COGGIOLA, 2012, p. 17, nota 5).

O uso de derivativos tem o propósito de limitar, assumir ou transferir determinados riscos. No caso dos empréstimos imobiliários, o derivativo *subprime* é uma espécie de crédito disponibilizado pelos bancos a tomadores de alto risco, que não precisam comprovar renda. Justamente por essa especificidade, tem uma taxa de juros maior e desvantajosa, ainda que nos dois primeiros anos as desvantagens não sejam sentidas, pois o valor das prestações cabe no apertado orçamento. Depois disso, se tornam impagáveis e não raras vezes novas hipotecas sobre o mesmo imóvel são negociadas como forma de pagar as parcelas atrasadas e de quebra possibilitar às famílias novos endividamentos pelo estímulo e desejos consumistas. No final, aqueles que não conseguem mais honrar com as dívidas têm as residências tomadas e se atolam em dívidas. Não por outra razão Coggiola (2012, p. 66, nota 31) diz que “o *subprime* era, na verdade, um sistema de confisco das pequenas poupanças e da

população mais pobre”. Quem cobriu o prejuízo com os derivativos *subprime* dos bancos foram os Estados Nacionais dos países europeus e da América do Norte.

É possível inferir que o capital fictício vai criando bolhas e mais bolhas financeiras que podem explodir ao contato da menor fagulha de condições ou circunstâncias adversas acentuadoras de seus riscos supostos e/ou calculados. É o caso da SARS-COV-2, a última gota que fez o pote que já estava cheio transbordar (“Não, o coronavírus não é o responsável...” Resistir.Info, 2020). A crise já se desenhava desde 2017-2018 e, como as demais e que se avizinham, são de natureza financeira. Desta vez,

o grande capital (1% mais ricos) especulou principalmente com a alta dos preços das ações em bolsa e com o preço dos títulos da dívida no mercado obrigacionista (ou seja, o mercado onde vendem as ações das empresas privadas e os títulos de dívidas emitidos pelos Estados e outros poderes públicos). Dentre os fatores que provocaram a alta extravagante dos preços dos ativos financeiros (ações em bolsas e títulos de dívidas privadas e públicas), é preciso considerar a ação nefasta dos grandes bancos centrais desde a crise financeira e econômica de 2007-2009 (“Não, o coronavírus não é o responsável...” Resistir.Info, 2020).

Para agravar ainda mais a situação, em 2019 “a produção real cessou de crescer de maneira significativa ou começou a estagnar ou baixar” (“Não, o coronavírus não é o responsável...”, Resistir.Info, 2020). Em contrapartida, a esfera financeira continuou sua expansão, dado que não está “diretamente” ligada à produção, o que só poderia provocar ainda maiores estragos quando da eclosão da crise. Mediante esse cenário,

a maior parte dos governos e do patronato intervém para fazer baixar os salários, as pensões, o que reduz o consumo, pois o endividamento das famílias, em aumento, não basta para aliviar a baixa de rendimentos. Da mesma forma, os governos prolongam uma política de austeridade que implica uma redução das despesas públicas e dos investimentos públicos. A conjunção da queda do poder de compra da maioria da população e a baixa das despesas públicas implicam uma queda da procura global e, portanto, uma parte da produção não encontra saídas suficientes, o que implica uma baixa da atividade econômica (“Não, o coronavírus não é o responsável...”, Resistir.Info, 2020).

É comum que, quando uma grave e devastadora crise econômica global eclode, soluções capitalistas keynesianas sejam resgatadas. No entanto, é importante não nos deixar enganar. Como alerta Mészáros (2011, p. 137): “Os apelos a sua ressurreição são compreensíveis na atualidade, uma vez que equivalem à última linha de resistência em torno da qual as várias personificações do capital podem obter consenso provisório num momento de grave crise. Sob tais circunstâncias, as várias formas do capital pretendem lançar mão de medidas de intervenção estatal keynesianas para a reestabilização de seu sistema até que possam reverter suas concessões e retornar ao status quo ante”.

Além do mais, essas medidas não mais se aplicam no atual contexto da financeirização da economia capitalista mundializada, onde os Bancos Centrais, os credores internacionais e os grandes oligopólios financeiros e seus empresários e homens de negócio influenciam e determinam a política-econômica. Os próprios Estados-Nacionais, mais do que em qualquer outro momento da história, atuam como Estados Políticos do Capital, providenciando as (contra)reformas, desregulamentações, flexibilizações e subsídios aos bancos e empresas privadas a fim de manter a economia de mercado, aumentando exponencialmente seus déficits públicos e seu processo de endividamento.

O período atual é o da dívida e seu crescimento desmesurado pelos Estados Nacionais, sintoma do próprio declínio histórico do capitalismo, da sua crise expansiva, que procura amenizar pela intensificação dos mecanismos de exploração do trabalho. Os Estados Nacionais tornaram-se prisioneiros dos credores (arma da dívida) e reféns dos conglomerados financeiros (disciplinados pelos imperativos do mercado), atuando, descaradamente, em benefício da garantia da acumulação intensiva do capital, já que

[...] o Estado está no coração do novo sistema global. [...] ele continua a desempenhar seu papel essencial na criação e manutenção das condições de acumulação de capital; e nenhuma outra instituição, nenhuma agência transnacional, começou, por enquanto, a substituir o Estado-nação como garantidor administrativo e coercivo de ordem social, relações de propriedade, estabilidade ou previsibilidade contratual, nem como qualquer outra das condições básicas exigidas pelo capital em sua vida diária. [...] O Estado, tanto nas economias imperiais quanto nas subordinadas, ainda oferece as condições indispensáveis de acumulação para o capital global, tanto como para as empresas locais; e, em última análise, é o criador das condições que permitem ao capital global sobreviver e navegar o mundo inteiro (WOOD, 2014, p. 106).

As complexas articulações da totalidade social do capital global e a particularidade de sua fase atual de acumulação permitem vislumbrar a impossibilidade da aplicação das políticas keynesianas em suas dimensões fiscal, monetária, industrial e de regulação financeira. São justamente os grandes capitais privados que dominam e controlam a política fiscal, taxando os trabalhadores e não os grandes capitalistas. Os conglomerados financeiros e os credores inviabilizam as próprias políticas fiscais e também o controle monetário. O Estado está voltado para garantir os negócios e lucros do capital, dos capitalistas e do sistema financeiro, salvando os bancos privados de bancarrotas com o fundo público, virando as costas para os investimentos públicos sociais. Ao contrário, acelera o processo de privatização do que ainda resta como público, tornando os direitos sociais direitos privados, passíveis de negociação. Regulação financeira pelo Estado? Fora de cogitação, uma vez que “o crescimento sem fim da dívida significa que os bancos centrais já não são livres para definir as taxas de juro. Pelo contrário, estão sendo empurrados cada vez mais para o canto e se tentarem

escapar, aumentando as taxas de juro, tudo poderia desmoronar como um castelo de cartas. Acabou-se a política das taxas!” (LOMBARDI, 2014).

Diferentemente da época histórica-social de Keynes, no estágio atual do sistema da acumulação capitalista, não é mais possível um:

crescimento econômico baseado no gasto governamental e na dívida – é precisamente o que está fazendo a crise ser tão profunda e demorada. E o problema da dívida atual não é um problema pequeno. Ele não pode ser resolvido pela inflação sem se enxugar o sistema bancário. As consequências políticas de tal alternativa seriam enormes. E as desvalorizações competitivas, com os países desvalorizando suas moedas para estimular a exportação? Esta é a solução mágica para a estagnação, de acordo com o padrão Keynesiano. Desnecessário será dizer que isto somente funcionaria se apenas um par de países de menor porte econômico tomasse este caminho, numa tentativa de exportar para sair da crise. Quando todas as nações rebaixam suas moedas, a ferramenta é ineficaz e produz guerras comerciais e ressentimento político (LOMBARDI, 2014).

No contexto atual da crise estrutural “rastejante” do capital, as políticas keynesianas e reformistas, em geral, podem, quando muito, dar respostas a alguns dos limites imediatos das crises conjunturais, ainda que de forma parcial e insatisfatória, mas são completamente ineficazes e impotentes para enfrentar os limites últimos do capital. Nesse sentido, a única saída realmente válida é a alternativa da política radical para a transição para uma nova forma histórica de organização social, superando o sistema metabólico do capital e a sociabilidade capitalista.

Considerações finais

Os posicionamentos e atitudes de alguns Estados Nacionais (Reino Unido, Estados Unidos, Brasil) perante a crise sanitária mundial engendrada pela SARS-COV-2 expôs a verdadeira preocupação do Estado do Capital e do Estado Capitalista, que é garantir as condições para o funcionamento da economia de mercado e das bases de acumulação e reprodução do capital em detrimento dos interesses, valores e necessidades dos seres humanos. Esse desnudamento e seus impactos, resultando em milhares e milhões de mortes, fez com que algumas personalidades notórias (intelectuais orgânicos), com poder de influenciar a opinião pública (senso comum), questionassem o modo de vida criado e reproduzido e se é esse mesmo o caminho perverso e destrutivo que se deseja continuar a trilhar, consumando na própria extinção humana e de muitas outras espécies e formas de vida do planeta.

É assim que passa a (re)adquirir importância problemáticas postas, com maior ênfase, na década de 1990 (embora remontem ao final da década de 1960 e a década de 1970, como é o caso da questão socioambiental/ecológica): a questão do decrescimento e do bem viver. A primeira é retomada em artigos recentemente publicados pelo site do Instituto Humanistas Unisinos na quarentena da SARS-COVID-2 e a segunda deriva como alternativa ao desenvolvimento/crescimento/progresso destrutivo do sistema capital. Há que se ressaltar também a iniciativa do Papa Francisco, com a “Economia de Francisco” (menção à São Francisco, de quem herdou o próprio nome), um encontro ocorrido entre 26 a 28 de março de 2020, na cidade de Assis, reunindo jovens de até 35 anos, entre acadêmicos, agentes comunitários e empreendedores, além de personalidades como Jeffrey Sachs, Joseph Stiglitz, Amartya Sen, Vandana Shiva, Muhammad Yunus e Kate Raworth, sendo que o economista americano Stiglitz e o indiano Sen, ambos vencedores do Prêmio Nobel, auxiliaram o Papa na estruturação do encontro.

Antes de adentrar nessas discussões, é lícito esclarecer que qualquer mudança substancial, qualquer processo que tenha por objetivo transformar radicalmente a realidade necessita, como condição *sine qua non*, desenvolver ações e intervenções capazes de provocar rupturas nas formas como os indivíduos sentem, percebem, interagem (com) e compreendem o mundo. Afinal, um novo mundo necessita de um novo homem. Não é por outra razão que Luxemburgo (1986), em *Reforma ou Revolução?*, entende as reformas tão somente como MEIO para se atingir o FIM: a revolução. Trata-se, portanto, de práxis sociais politizadoras e capazes de elevar a consciência das massas durante o processo das ações coletivas e das inseparáveis reflexões e análises requeridas, contrapondo as antigas formas aprendidas e reproduzidas com as novas trabalhadas e desenvolvidas coletivamente, contando com a colaboração de elementos organizadores que a auxilia a caminhar pelo novo caminho de modo cada vez mais consciente, a fim de que os meios qualifiquem o fim.

As reformas podem ser instrumentos para o desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado, na mesma medida em que demonstrem que, se não transformarem radicalmente as relações de poder, deslocando-o da burguesia para o proletariado, acabam finalmente apenas aprimorando os mecanismos de exploração. As reformas podem ser um instrumento para a ampliação dos direitos do proletariado e de sua prática para melhorar sua organização, consciência e mobilização, sem substituir a luta frontal contra o poder burguês (SADER, p. 18. In: LUXEMBURGO, 1986).

[...] pela primeira vez na história, as massas populares decidem realizar por si mesmas a sua vontade opondo-se a todas as classes dominantes; pela primeira vez, a realização dessa vontade é situada para além da sociedade atual, numa ultrapassagem dessa sociedade. A educação dessa vontade só se pode realizar numa luta permanente contra a ordem estabelecida e no interior dessa ordem. Reunir a grande massa popular polarizada por objetivos situados para lá da ordem estabelecida, aliar a luta quotidiana com o projeto grandioso de uma reforma do mundo, é o problema que se põe ao movimento socialista e que

deve nortear a sua evolução e progressão, é o cuidado em evitar dois escolhos: não deve sacrificar nem o caráter do movimento de massa, nem o objetivo final; deve evitar simultaneamente fechar-se numa seita e transformar-se num movimento reformista burguês (LUXEMBURGO, 1986, p. 120 e 121. Os *itálicos* são nossos).

A luta pelas reformas – e sua radicalização pela consequente politização e elevação da consciência político-social das massas (consciência revolucionária) devido às lutas travadas contra o capital e o sistema capitalista – tem o potencial de revelar os limites insuperáveis do capital em se reformar estruturalmente, evidenciando a necessidade do momento da revolução social radical. Acreditamos que a proposta de decrescimento e do bem viver pode ser entendida dentro desta perspectiva, sendo mesmo mais radical do que a “Economia de Francisco”, de cunho reformista.

Dito isto, principiemos pelo decrescimento. Compreende uma “crítica substancial a própria ideia de ‘desenvolvimento’” (GUDYNAS; ACOSTA, 2012), colocando em xeque a necessidade de industrialização, o mito do progresso e a dualidade que separa a sociedade da natureza. A ideia de desenvolvimento é lançada pelos países centrais, mais precisamente pela América do Norte, diferenciando os mais avançados e industrializados daqueles que seriam os “subdesenvolvidos”, em outras palavras, os países periféricos. Neste caso, seriam os países desenvolvidos o referencial para o progresso e desenvolvimento dos subdesenvolvidos.

Segundo Gudynas e Acosta (2012), o problema é que o tão perseguido desenvolvimento não se deu como se idealizava nos países periféricos e, assim como nos países centrais – mas de modo ainda mais agudo e intenso –, trouxe uma série de problemas, como: o crescimento da pobreza e miséria; a maior concentração e centralização da riqueza em poucas mãos; precarização das condições de vida da classe trabalhadora; a destruição dos recursos naturais, dos ecossistemas, de todas as formas de vida do planeta, além de agravar um dos mais antigos: a fome. “A confiança no desenvolvimento se quebra nas décadas de 1980 e 1990” (GUDYNAS; ACOSTA, 2012). A reestruturação neoliberal global do capital nas décadas de 1980 e 1990 aprofunda ainda mais a já desgastada situação política, econômica, social, cultural e ambiental.

A crítica ao desenvolvimento se faz por diferentes vertentes. Uma delas é a do “pós-desenvolvimento” que propõe uma “reconstrução e crítica da base conceitual, das práticas, das instituições e dos discursos de desenvolvimento” (GUDYNAS; ACOSTA, 2012). No entanto, para esses autores, essa corrente concebe que “os problemas não radicam nas mediações ou instrumentalizações de diferentes opções de desenvolvimento”, acabando por tangenciar a raiz do problema, que não diz respeito a “desenvolvimentos alternativos”, que encerra apenas “reformas

instrumentais do desenvolvimento para relaná-lo como crescimento econômico” (GUDYNAS; ACOSTA, 2012), mas sim a “alternativas ao desenvolvimento”.

Assim sendo, para os autores interessa focar naquelas análises críticas que para além de uma nova concepção ideológica e discursiva também proponham ações práticas que apresentem alternativas ao desenvolvimento convencional. No entendimento de Gudynas e Acosta (2012), essa alternativa está conformada na ideia de Bem Viver, um conceito plural e em construção, originado nos povos nativos (indígenas) latino-americanos. Sua pluralidade se manifesta no fato de ser o encontro de cosmovisões de várias culturas – até mesmo das visões ocidentais críticas –, ainda que cada qual resguarde as suas particularidades sociais, econômicas, culturais e ambientais, como também a confluência de reflexões promovidas pela academia e pelas práticas dos movimentos sociais.

Em alguns saberes indígenas não existe uma ideia análoga à do desenvolvimento, o que leva ao fato de que em muitos casos se rechaça essa ideia. Por sua vez, o desenvolvimento convencional é visto como uma imposição cultural herdada do saber ocidental; portanto, as reações à colonialidade nos saberes implicam um distanciamento do desenvolvimento. Questionamentos desse tipo estão para além de qualquer correção instrumental de uma estratégia de desenvolvimento. [...] (Isto significa que se afastam) das ideias ocidentais convencionais de progresso e (apontam) para outra concepção da vida boa, incluindo uma especial atenção à Natureza, [...] aspecto chave na construção do Bem Viver (GUDYNAS; ACOSTA, 2012).

A ideia do Bem Viver ganha maior repercussão e visibilidade no começo do século XXI pelo crescimento das críticas e contestações realizadas por outros segmentos da sociedade ao desenvolvimento/progresso/crescimento. Pululam os alertas sobre

a deterioração ambiental ocasionada pelos padrões de consumo ocidentais, e os crescentes sinais de esgotamento ecológico do planeta. A Terra não tem a capacidade de absorção e resiliência para que todos repitam o consumismo próprio dos países industrializados. O conceito de desenvolvimento convencional não oferece respostas adequadas a esses alertas (GUDYNAS; ACOSTA, 2012).

É nesse contexto e cenário mundial que cresce a aderência ao Bem Viver, incorporado nas constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009), num reencontro com os setores populares, contando com sua organização e atuação para a mudança efetiva das práticas sociais e dos valores. Rejeita-se “viver ‘melhor’ à custa de outros” (GUDYNAS; ACOSTA, 2012), e não se trata, de maneira alguma, de um retorno ao passado ou de um misticismo indigenista, mas sim de reconhecimento e superação da cegueira antropocêntrica ocidental que coloca o ser humano como o

centro do mundo (e mesmo do universo), quando, na verdade, nossa espécie corresponde a mero 0,01% de toda a vida planetária. Retoma-se a compreensão de que todos os seres vivos que habitam o planeta estão interligados de alguma maneira e fazem parte de uma totalidade (cosmovisão). Marx, no livro III de O Capital, também frisa que a relação do ser humano com a natureza é metabólica, assim como Engels (1979) nos alerta que o próprio ser social é natureza e jamais pode lidar com a Natureza como se estivesse fora dela. Em suas palavras:

Mas não nos regozijemos demasiadamente em face dessas vitórias humanas sobre a Natureza. [...] somos a cada passo advertidos que não podemos dominar a Natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da Natureza; mas sim que lhe pertencemos, com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro; que estamos no meio dela; e que todo o nosso domínio sobre ela consiste na vantagem que levamos sobre os demais seres de poder chegar a conhecer suas leis e aplica-las corretamente. Na realidade, a cada dia que passa aprendemos a compreender mais corretamente as suas leis e a conhecer os efeitos imediatos e remotos resultantes de nossas intervenções no processo que a mesma leva a cabo. Principalmente em virtude dos gigantescos progressos realizados pelas ciências naturais no século atual, cada vez mais nos encontramos em condições de conhecer as consequências mais remotas de nossas mais comuns atividades de produção [...] (ENGELS, 1979, p. 223 e 224).

Bem Viver se traduz em “bons viveres”, “bons conviveres”, como dizem Gudynas e Acosta (2012), já que

i) é uma noção de bem-estar (em nada semelhante à do mundo ocidental), ou de uma vida plena, que só pode ser alcançada por meio de relacionamentos profundos dentro de uma comunidade. Por sua vez, o sentido de “comunidade” é ampliado, uma vez que integra outros seres vivos e elementos do meio ambiente situados dentro de uma estrutural territorial (GUDYNAS, 2016. Os parênteses são nossos).

ii) é um questionamento que abandona a ideia convencional de desenvolvimento e não procura reformá-la. Pelo contrário, quer transcendê-la (GUDYNAS; ACOSTA, 2012).

Gudynas e Acosta (2012) concluem sua exposição e reflexão dizendo que

No mundo atual se compreende, paulatinamente, a inviabilidade global do estilo de vida dominante. Seus limites políticos, econômicos, sociais e ambientais tornam-se evidentes. A discussão deveria deixar de centrar-se na validade dessas advertências, passando a abordar a avaliação das alternativas de saída. [...] Este conceito plural (Bem Viver), em construção, que fecha a porta às receitas e manuais, assim como aos dogmatismos e comissários políticos, é uma plataforma de debate político no caminho de criar uma liberdade substantiva e efetiva para todos e todas.

Pelo posicionamento dos autores fica perceptível que a preocupação central não está em fazer reformas no desenvolvimento, ao contrário, questiona-se precisamente o modo de desenvolvimento que, embora não nomeado em nenhum momento no artigo, é o capitalista sob a égide da relação social capital e seu sistema sociometabólico. Trata-se, portanto, de superar o capital e o capitalismo, de uma

propositura radical que ambiciona organizar um outro modo de produção da vida social em sua totalidade, aproximando o Bem Viver do projeto de transição socialista para a construção de uma nova forma histórica.

Por outro lado, o Padre Francisco apresenta um projeto mais no estilo reformista, pois não coloca em xeque o capital e a sociabilidade capitalista; tão somente procura mitigar os impactos destrutivos e desumanos desse sistema produtivo sociometabólico, tentando humanizar o que é fruto de uma humanização desumanizadora e que, portanto, não tem como ser humanizado, já que a única forma de humanização possível só tem como se efetivar com a superação e transcendência positiva do sistema capital a fim de realizar a verdadeira emancipação humana e criar as condições para sua autodeterminação. Seguem alguns excertos da carta do Papa destinada aos jovens participantes do encontro, denotando o teor da proposta:

[...] estou escrevendo para convidá-los a uma iniciativa que tanto desejei: um evento que me permita conhecer quem hoje está se formando e está iniciando a estudar e praticar uma economia diferente, que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a depreda. Um evento que nos ajude a estar juntos e nos conhecer, e que nos leve a fazer um "pacto" para mudar a atual economia e dar uma alma à economia do amanhã. Sim, precisamos "re-amar" a economia! [...] hoje, mais do que nunca, tudo está intimamente conectado e a salvaguarda do ambiente não pode ser separada da justiça para com os pobres e da solução dos **problemas estruturais da economia mundial**. É necessário, portanto, corrigir os modelos de crescimento incapazes de garantir o respeito ao meio ambiente, o acolhimento da vida, o cuidado da família, a equidade social, a dignidade dos trabalhadores e os direitos das futuras gerações. Infelizmente, continua-se surdos ao apelo para tomar consciência da gravidade dos problemas e, acima de tudo, para pôr em prática um novo modelo econômico, fruto de uma cultura da comunhão, baseado na fraternidade e na equidade. [...] Diante dessa urgência, todos, todos nós mesmo, somos chamados a rever nossos esquemas mentais e morais, para que possam estar mais em conformidade com os mandamentos de Deus e com as **exigências do bem comum**. Mas pensei em convidar especificamente vocês, jovens, porque, com vosso desejo de um futuro bom e feliz, vocês já são uma profecia de uma economia atenta à pessoa e ao meio ambiente. [...] Vossas universidades, vossas empresas, vossas organizações são canteiros de esperança para construir outras formas de entender a economia e o progresso, para combater a cultura do desperdício, para dar voz àqueles que não a têm, para propor novos estilos de vida. Enquanto o nosso sistema econômico-social ainda produzir uma vítima e houver mesmo que uma pessoa descartada, não poderá haver a **festa da fraternidade universal**. Por isso desejo encontrar vocês em **Assis**: para promover juntos, através de um "**pacto**" comum, um processo de **mudança global** que veja na comunhão de intenções não somente aqueles que têm o dom da fé, mas todos os homens de boa vontade, para além das diferenças de credo e de nacionalidade, unidos por um ideal de fraternidade atento sobretudo aos **pobres** e aos **excluídos**. Convido cada um de vocês a ser protagonista deste pacto, assumindo um compromisso individual e coletivo para cultivar juntos o sonho de um novo humanismo que responda às expectativas do homem e ao projeto de Deus. [...] Junto com vocês e por vocês, farei um apelo para alguns dos melhores estudiosos e especialistas da ciência econômica, bem como a empresários e empresárias que hoje já estão empenhados em nível mundial com uma economia coerente com esse quadro ideal. Tenho confiança que eles responderão. E, principalmente, tenho confiança em vocês jovens, capazes de sonhar e prontos para construir, com a ajuda de Deus, um mundo mais justo e mais belo ("Economia de Francisco"... IHU, 2019).

Frei Betto faz uma análise da carta do Papa Francisco no Brasil de Fato (2020), assim como economistas, ativistas, cientistas, filósofos também tecem comentários sobre a iniciativa na Carta Capital (2019). São pontuadas as desigualdades sociais, a necessidade de corrigi-las, a questão da relação destrutiva entre os seres humanos e a Natureza, o contraste entre a concentração da riqueza e a generalização da miséria e da precariedade para a imensa população planetária, dentre outros fatores. De todo modo, em nenhum momento se fala aberta e claramente sobre a necessidade histórica de superar o sistema capitalista, a relação social capital e seu sistema sociometabólico. Na Carta Capital (2019) um ou outro intelectual orgânico se aproxima desse horizonte, mas não de modo contundente.

A reação de alguns Estados Nacionais à crise sanitária da SARS-COV-2, privilegiando a economia em detrimento dos seres humanos e agudizando o estado de barbárie social já patente, também parece ter motivado respostas alternativas à lógica de funcionamento do sistema de desenvolvimento econômico, como demonstra o curto e claro manifesto de 170 acadêmicos holandeses “com cinco pontos para a mudança econômica pós-crise da covid-19, baseado nos princípios do decrescimento” (“Holandeses avançam no cenário pós-pandemia...”. IHU, 2020). Dentre os cinco pontos, o terceiro chama atenção. Refere-se às necessárias mudanças a serem realizadas na agricultura/pecuária. Diz: “Transformar a agricultura para uma regenerativa. Baseada na conservação da biodiversidade, sustentável e baseada em produção local e vegetariana, ademais de condições de empregos e salários justos” (“Holandeses avançam no cenário pós-pandemia...”. IHU, 2020. Os *itálicos* são nossos).

Recentemente assistiu-se ao documentário Cowspiracy: The Sustainability Secret. Sua produção é a busca da resposta sobre as razões que estão impactando as mudanças climáticas no mundo, como também o equilíbrio do ecossistema. O autor descobre que todas as agências de proteção do meio ambiente estão ocultando uma informação e conhecimento essencial do público: que a degradação ambiental que destrói o planeta hoje não tem como causa fundamental o dióxido de carbono (CO₂) dos transportes, indústrias, etc. A pecuária e a agricultura são as causas principais.

O gás metano do gado é 86 vezes mais destrutivo do que o dióxido de carbono dos veículos. A criação de animais produz 65% do óxido nitroso do mundo, um gás com um potencial de aquecimento 296 vezes maior do que o CO₂. (Além disso), foi responsável por 51% da mudança climática causado pelo homem, quando a perda de sequestro de carbono, respiração e metano são contabilizados. A criação de animais para alimentação é responsável por 30% do consumo de água do mundo, ocupa até 45% das terras do planeta, é responsável por até 91% de destruição da Amazônia brasileira, é uma das principais causas de zonas mortas no oceano, de destruição de habitat e de extinção das espécies. Basicamente roubamos o mundo, a Terra, dos animais silvestres para nós mesmos, com nossas vacas, porcos, galinhas e peixes em cativeiro. E os oceanos foram ainda mais devastados. Vivemos a maior extinção em massa

dos últimos 65 milhões de anos. A manutenção do gado na Terra criou mais de 500 zonas mortas repletas de nitrogênio em nossos oceanos, englobando mais de 245 mil quilômetros quadrados de áreas desprovidas de vida. A população humana bebe 20 bilhões de litros de água todos os dias, e come 10 bilhões de quilos de alimentos. Mas só o 1,5 bilhão de vacas do mundo bebem 170 milhões de litros de água todos os dias e comem 61 bilhões de quilos de alimentos. Há cerca de 1 bilhão de pessoas morrendo de fome todos os dias. Em todo o mundo, 50% dos grãos e legumes plantados servem para alimentar animais. Eles comem grandes quantidades de grãos e legumes. Podemos produzir, em média, 15 vezes mais proteína a partir de fontes vegetais do que carne em qualquer área de terra. Para alimentar uma pessoa com uma dieta vegana por 1 ano é preciso apenas de 1/6 de acre de terra. Alimentar a mesma pessoa com uma dieta vegetariana, incluindo ovos e laticínios, requer 3 vezes mais de terra. Para alimentar um cidadão americano numa dieta de alto consumo de carne, laticínios, ovos, é preciso 18 vezes mais de terra. Isto porque podemos produzir 16 toneladas de legumes em 1,5 acre, mas apenas 170 kg de carne no mesmo pedaço de terra. Uma dieta vegana produz a metade de CO₂ de um onívoro americano, usa 1/11 avos da quantidade de combustíveis fósseis, 1/13 avos da quantidade de água e 1/18 avos da quantidade de terra. Depois de somar isso tudo, percebi que tinha a opção diária de economizar mais de 4 mil litros de água, 20 quilos de grãos, 3 metros quadrados de áreas florestais, o equivalente a 4,5 kg de CO₂ e a vida de um animal. TODO DIA! (Documentário: COSPIRACY – THE SUSTAINABILITY SECRET, 2014).

Os holandeses, ao proporem uma agricultura regenerativa, estão eliminando o esterco animal pela compostagem vegetal, que regenera e enriquece o próprio solo, além de deixar o alimento mais leve para a digestão. Ao defenderem uma produção vegetariana, estão eliminando o consumo de animais. Logo, o “animal homem” deixa de aprisionar e colocar em verdadeiros “campos de concentração” os “animais não-homens” que também têm sensações e padecem de sofrimentos. Deixando de criar os animais, as terras podem ser utilizadas para plantar as verduras, os legumes, enfim, os vegetais necessários à alimentação humana, restabelecendo o equilíbrio no ecossistema e acabando com a fome no mundo. Algo ainda muito mais eficaz se se tratar de uma dieta vegana e não vegetariana, isto porque os veganos não comem nem utilizam nada de origem animal, já os vegetarianos, apesar de não comerem carne, ainda consomem ovos e laticínios em geral.

Em suma, por essas breves ponderações, pode-se concluir que a única saída para a crise estrutural “rastejante” do capital é a criação de um outro modo de produção, de uma outra forma histórica de organização das sociabilidades humanas e da relação metabólica dos seres humanos com a Natureza e demais seres vivos que habitam o planeta Terra. Caso contrário, soluções keynesianas (mais capitalismo) e demais propostas de reformas reformistas nada mais farão do que repor o mesmo, quando muito, amenizando e aliviando um pouco dos danos, mas sem jamais conseguir, efetivamente, resolvê-los e superá-los. A resolução e a superação dependem da transformação radical do modo de produzir, viver, pensar, valorar, relacionar. Enfim, da produção de uma nova humanidade, com outra consciência e mentalidade, dotada de cosmovisão, de visão de totalidade social para criar um novo mundo onde todas as espécies convivam em comunhão, fazendo a síntese da unidade na diversidade.

Referências

_____. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Bem Viver. **In:** D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos; ROMANO, Onofrio. Decrescimento: Vocabulário Para um Novo Mundo. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016.

_____. **A finança mundializada:** raízes sociais e políticas, configurações, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

“**Economia de Francisco**” (Assis, 26-28 de março de 2020). Mensagem do Papa Francisco para o Evento. IHU – Instituto Humanitas Unisinos, 13 de maio de 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589076-economia-de-francisco-assis-26-28-de-marco-de-2020-mensagem-do-papa-francisco-para-o-evento>>. Acesso em: 3 set. 2020.

“**Holandeses avançam no cenário pós-pandemia e propõem um modelo econômico baseado no decrescimento**”. IHU – Instituto Humanistas Unisinos, 20 de abril de 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598464-holandeses-avancam-no-cenario-pos-pandemia-e-propoe-um-modelo-economico-baseado-no-decrescimento>>. Acesso em: 3 set. 2020.

“**Não, o coronavírus não é o responsável pela queda das cotações bolsistas**”. Eric Toussaint. Resistir.Info, 04 de março de 2020. Disponível em: <www.resistir.info/financas/coronavirus_04mar20.html>. Acesso em: 3 set. 2020.

“**Papa Francisco propõe um sistema econômico mais justo e sustentável**”. Carta Capital, 9 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/papa-francisco-propoe-um-sistema-economico-mais-justo-e-sustentavel/>>. Acesso em: 3 set. 2020.

“**Papa propõe nova economia, por Frei Betto**”. Brasil de Fato, 20 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/20/artigo-papa-propoe-nova-economia-por-frei-betto>>. Acesso em: 3 set. 2020.

CHESNAIS, François (Org.). **A Mundialização Financeira:** gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Crise Global** – uma abordagem do período de 2007 a 2012. Porto Alegre: Pradense, 2012.

COWSPIRACY – *The Sustainability Secret*. **Gênero:** Documentário. **Direção:** Kip Andersen, Keegan Kuhn. AUM Films. First Spark Media. Duração: 91 min. 2014.

ENGELS, Friedrich. Humanização do Macaco pelo Trabalho (I). Apêndice. **In:** ENGELS, Friedrich. A Dialética da Natureza. 3ª ed. Prólogo de J.B.S. Haldane. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Pensamento crítico, v. 8).

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A conjuntura atual do capitalismo e as mobilizações sociais**: a educação pública como arena na luta de classes. In: ORSO, Paulino José (*et al.*). (Orgs). Sociedade capitalista, educação e as lutas dos trabalhadores. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. **A renovação da crítica ao desenvolvimento e o Bem Viver como alternativa**. IHU – Instituto Humanistas Unisinos, 29 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507956-a-renovacao-da-critica-ao-desenvolvimento-e-o-bem-viver-como-alternativa>>. Acesso em: 3 set. 2020.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

KONDRATIEFF, Nikolai; GARVY, George. *Las ondas largas de la economia*. **Revista de Occidente**, p. 12-14, 1946.

LÊNIN, Vladimir I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 4 ed. Trad. Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1987.

LOMBARDI, Luca. **Porque o keynesianismo é incapaz de resolver a crise atual**. Esquerda Marxista – Corrente Marxista Internacional, 20 de janeiro de 2014. Disponível em: <<https://www.marxismo.org.br/porque-o-keynesianismo-e-incapaz-de-resolver-a-crise-atual/>>. Acesso em: 3 set. 2020.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Global Editora, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ª ed. Organização e Introdução Marco Aurélio Nogueira. Trad. Marco Aurélio Nogueira, Leandro Konder. Petrópolis: Vozes, 1989.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo. (*et al.*). 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do Trabalho)

SADER, Emir. Apresentação. **In**. LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Global Editora, 1986.

WOOD, Ellen Meiksins. **O Império do Capital**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

Artigo recebido em 21/06/2020

Artigo aceito em 20/07/2020